

Renato Martins. “A política de hoje e as crônicas de ontem: a constituição de 1988 e a reviravolta nos estudos sobre as agências indígenas a partir das fontes coloniais e nacionais”<sup>1</sup> (Universidade de São Paulo – USP)

Carlos Alberto Ricardo, em “A demarcação de terras e o futuro da questão indígena no Brasil”<sup>2</sup> chama a atenção para as reivindicações ameríndias ocorridas na década de 1970, que, apoiadas por organizações as mais diversas, estabelecem um movimento social de grande eficácia simbólica; afinal, elas estariam compostas por procedimentos políticos organizados, capazes de estabelecer relações afinadas com o processo de redemocratização do país<sup>3</sup> e com as declarações e instrumentos internacionais, que dão ênfase, por sua vez, ao Direito à Diferença e ao termo *povos indígenas* - reconhecimento mesmo de uma diversidade cultural existente.<sup>4</sup>

Porém, é durante os anos 1980 que a percepção das reivindicações nativas torna-se mais evidente, pois revelam, sobretudo, um crescimento – além do não desaparecimento – dos índios no País. Ficava claro, assim, o equívoco de inúmeras apostas, feitas havia tempo, sobre a transitoriedade e a extinção dos povos indígenas ao longo do desenvolvimento e expansão da sociedade nacional. Com isso, não caberia mais ao legislador o reconhecimento temporário da existência e das leis para os índios: demograficamente e culturalmente relevantes, eles deveriam ser tratados como populações que “estão aqui para ficar”.<sup>5</sup>

Reflexo do reconhecimento jurídico em pauta, a Constituição Federal, promulgada em 1988, em particular o seu capítulo e dispositivos sobre os direitos especiais “dos índios” parece atender, por exemplo, aos ácidos comentários da liderança indígena Davi Kopenawa Yanomami, segundo o qual

nós, os habitantes da floresta, habitamos aqui a longuíssimo tempo, desde que Omama nos criou. No começo das coisas, aqui só havia habitantes da floresta, seres humanos. Os brancos clamam hoje: ‘nós descobrimos a

---

<sup>1</sup> Gostaria de agradecer à Profa. Dra. Marta Rosa Amoroso pela orientação ao desenvolvimento do trabalho. Sem as suas colocações e apontamentos não poderíamos elaborar grande parte das idéias aqui presentes. A tentativa das próximas páginas, com efeito, não é muito voltada à reivindicação de uma simetria entre os trabalhos realizados a partir de uma ‘experiência física’ de campo e as fontes documentais, mas a de colocar uma e outra iniciativa *em relação* – já que as crônicas coloniais e nacionais sempre fizeram (e fazem, inclusive) parte substantiva da construção e validade do conhecimento etnológico. Resta ainda salientar que o argumento das próximas páginas é bastante influenciado, por sua vez, pelas relações entre atividade científica e atividade política, propostas por Isabelle Stengers (2000).

<sup>2</sup> Carlos Alberto Ricardo. “A demarcação das terras indígenas e o futuro dos índios no Brasil”. In Adauto Novaes (org.) *A outra margem do ocidente*. São Paulo, Cia das Letras, 1999.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 351.

<sup>4</sup> Manuela Carneiro da Cunha. *O futuro da questão indígena*. *Revista Estudos Avançados*, n. 8, 1994, p. 124. Diretamente atrelada à questão indígena, a autora também ressalta que “Nos anos 70 e 80 desencadeia-se uma crise de confiança nas idéias-chave de progresso e desenvolvimento, na qual o movimento ecológico teve relevante papel. Sob o impacto dessa crise, o enfoque muda: as declarações internacionais passam a falar em etnodesenvolvimento (Declaração de San José, da UNESCO, de 1981), direito à diferença, valor da diversidade cultural... Direito à diferença, entenda-se, acoplado a uma igualdade de direitos e de dignidade”. (*Idem*, p. 129).

<sup>5</sup> Carlos Alberto Ricardo, *Op. Cit.*, p. 351.

terra do Brasil!'. Isso não passa de uma grande mentira. Ela existe desde sempre e Omama nos criou com ela'. Nossos ancestrais a conheciam desde sempre. Ela não foi descoberta pelos brancos! Muitos outros povos, como os Makuxi, os Wapixana, os Waiwai, os Waimiri-Atroari, os Xavante, os Kaiapó e os Guarani ali viviam também. Mas, apesar disso, os brancos continuam a mentir para si mesmos pensando que descobriram esta terra! Como se ela estivesse vazia! Como se os seres humanos não a habitassem desde os primeiros tempos! <sup>6</sup>

De certo, a novidade da legislação é centrada, sobretudo, na garantia de um devir aos índios e na valorização de algo já presente na jurisdição dos períodos colonial e imperial, mas que, a partir de então, ganha um capítulo à parte: a questão do direito indígena à terra. <sup>7</sup> E ressalta os cuidados a serem tomados, no âmbito da lei, com relação aos recursos naturais, aos foros de litígio, entre outras coisas que, implantadas ou não de fato (além do direito), acabam por romper com uma tradição assimilacionista. <sup>8</sup> É que está em jogo na promulgação, seja pela seguridade da terra, seja pela preservação de modos de vida diversificados, a abrangência e capacidade processual ameríndia. <sup>9</sup>

A perplexidade brasileira frente à crescente visibilidade dos índios nos últimos anos é expressiva, salienta John Manuel Monteiro. Acostumados a encará-los como algo situado no passado, o universo não-indígena, notadamente os manuais escolares e parte da historiografia profissional liquidam rapidamente com os índios ao tratá-los como simples remanescentes de uma datação longínqua. Segundo o autor,

é sempre complicado para um professor de História explicar a persistência de grupos indígenas no Brasil de hoje, quando a historiografia os obliterou nos tempos coloniais: daí vem a idéia nociva e preconceituosa de que os índios são hoje apenas os pobres remanescentes daqueles que tiveram um lugar, embora incômodo, na história do País. <sup>10</sup>

Donde as questões levantadas pela Constituição, particularmente o seu rompimento com os paradigmas da assimilação e, como ressaltado, todo o aspecto processual que lhe circunscreve, relacionam-se com dois interesses partilhados entre o movimento indígena no Brasil e organizações correlatas, a historiografia – no caso, alheia ao pessimismo reinante até os anos 1970 – e a Antropologia indígena: (1) a preocupação em elaborar, ou reelaborar a

---

<sup>6</sup> Davi Kopenawa Yanomami. "Descobrimos os brancos". In Adauto Novaes (org.) *A outra margem do ocidente*. São Paulo, Cia das Letras, 1999, p. 237. A título de esclarecimento, a passagem mencionada por Davi Kopenawa, principal porta-voz da causa Yanomami, no Brasil e no mundo é resultado de sua firmeza intelectual conferida pelo saber xamânico e, no mais, da invasão de suas terras por cerca de 30 a 40 mil garimpeiros que, entre 1987 e 1990, ocasionaram a morte de mais de mil Yanomami no Brasil.

<sup>7</sup> Carlos Alberto Ricardo, *Op. Cit.*, p. 352.

<sup>8</sup> Idem, p. 351.

<sup>9</sup> Manuela Carneiro da Cunha. *Op. Cit.*, p. 128.

<sup>10</sup> John Manuel Monteiro. "Armas e armadilhas. História e resistência dos índios". In Adauto Novaes (org.), *Op. Cit.*, p. 239.

história dos índios<sup>11</sup> – que, diversa conceitual e metodologicamente, não seria mais determinada e explicada tão somente a partir do contato com sociedades não-indígenas<sup>12</sup> e (2) a legitimidade dos documentos históricos pela Etnologia Ameríndia enquanto objeto de conhecimento sobre as populações indígenas.<sup>13</sup>

Ora, com isso não pretendemos explicar uma reviravolta investigativa tão somente a partir da legislativa, porém algumas relações podem ser feitas entre uma e outra, ainda mais quando percebemos que os procedimentos indígenas sobressaem às décadas de 1970, 80, à democratização e alimentam uma atuação demasiadamente abrangente e diferenciada na História do Brasil - algo para além do (1) isolamento, da (2) intermitência e da (3) permanência. Sobretudo, para além da (4) integração<sup>14</sup>. Num mesmo passo, o caminho de legitimidade epistêmica das crônicas permite, se assim pudermos dizer, que a atualidade etnográfica e o legado documental sejam postos em relação e, desse modo, o primeiro não seja encarado como uma realidade degenerativa do segundo.

Não mais fadados à desapareição, tão pouco acolhidos de todo por uma esfera envolvente – é a possibilidade de futuro, dissemos, o veio pelo qual se dará uma (nova) história<sup>15</sup>, senão uma revisão dos regimes de historicidades índias, dizemos. Os índios não somente vieram pra ficar, como também estiveram por aqui o tempo todo. É esse o ponto, enfim, e é a partir destas colocações que um entendimento e definição da análise das agências indígenas podem ser feitos no decorrer do trabalho. Pois que tamanha preocupação alinha-se às colocações, dessa vez, de Lilia Schwarcz, que no “Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história” bem ressalta

“um conjunto de trabalhos [que] busca não uma história (ocidental) dos índios brasileiros, mas uma história indígena em seus próprios termos. Trata-se de uma linha que, em vez de acreditar que o discurso sobre os povos de tradição não européia serve para iluminar nossas “representações do outro”, passa a indagar de que forma os “outros representam os seus outros”. *A alternativa inaugura um construtivismo de mão dupla, no qual a antropologia reconhece que suas teorias sempre exprimiram um compromisso, em contínua negociação histórica, entre os mundos do observado e do observador*”...<sup>16</sup> (grifo nosso)

<sup>11</sup> Idem, 245. Para tanto, deve-se ressaltar, desde já, que não é objetivo do presente ensaio fazer um balanço bibliográfico sobre os estudos relacionados à história dos índios, mas sim elencar alguns problemas colocados ao pesquisador que volta-se para o estudo das agências indígenas a partir das crônicas coloniais e nacionais.

<sup>12</sup> Oscar Calavia. “A terceira margem da história: estrutura e relato das sociedades indígenas”. In, *RBCS* Vol. 20 n°. 57, 2005, p. 39.

<sup>13</sup> As investigações resultaram em publicações como, por exemplo, História dos índios no Brasil – FAPESP / NHII / SMC / Cia das Letras, 1992 (sob a coordenação de M.M. Carneiro da Cunha); Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em arquivos brasileiros FAPESP/ NHII-USP, 1994 (sob a coordenação de J.M. Monteiro); Mairi Revisitada - FAPESP / NHII / USP, 1993 (Dominique Tilkin Gallois); Amazonia, Etnologia e Historia Indígena - FAPESP / NHII / USP, 1993 (sob a coordenação de Eduardo Viveiros de Castro e Manuela Carneiro da Cunha); O Livro das Canoas, documentos para a história indígena da amazônia FAPESP / NHII / USP, 1993 (sob a coordenação de Márcio Meira); Relatos da Fronteira Amazônica no Século XVIII - FAPESP / NHII / USP, 1994 (sob a coordenação de Marta Rosa Amoroso e Nádia Farage); As Fronteiras da República: História e Política entre os Macuxi do Vale do Rio Branco - FAPESP / NHII / USP, 1994 (Paulo Santilli).

<sup>14</sup> Nos referimos, no caso, às críticas ao pensamento de Darcy Ribeiro. (ver nota 29)

<sup>15</sup> John Manuel Monteiro, *Op. Cit.*, p, 238.

<sup>16</sup> Lilia Schwarcz. “Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história”. In, *Novos Estudos*, Cebrap, n. 72, 2005, p. 130.

Donde não apenas “o futuro dos índios dependerá em primeira instância, *mas apenas em parte*, deles próprios”<sup>17</sup> (grifo nosso), como também “as sociedades indígenas pensaram o que lhes acontecia em seus próprios termos, reconstruíram uma história do mundo em que elas pesavam e em que suas escolhas tinham conseqüências”.<sup>18</sup> Com isso, não estaríamos equivocados em ressaltar a importância dos trabalhos de Manuela Carneiro da Cunha com relação ao ensaio presente, que (1) além de investir na reflexão sobre a reviravolta nos estudos sobre as agências indígenas a partir das fontes coloniais e nacionais, (2) centra-se na elaboração de um percurso metodológico, necessário à análise das agências ameríndias a partir dos cronistas.<sup>19</sup> A autora organiza, no começo dos anos 1990, o *História dos Índios no Brasil* e o introduz com questões da maior importância, entre elas a carência de estudos sobre o tema e algumas armadilhas, às quais o pesquisador, assim como o público não-especializado podem eventualmente adentrar.

Os artigos da publicação, encomendados pela antropóloga desde 1989<sup>20</sup>, apresentam um panorama sobre as possibilidades e resultados de estudos sobre a história dos índios no País e, desse modo, refletem algo em comum com outras publicações do gênero como, por exemplo, a diversidade metodológica, quando não conceitual das populações estudadas. Relacionadas no mais das vezes com o universo não-indígena – ainda que não explicadas por ele, convém lembrar – os diversos capítulos reunidos confirmam, enfim, que, a bem da verdade, a história indígena está onipresente, até mesmo

“no fracionamento étnico para o qual [Anne-Christine]Taylor chama a atenção e que vai de par, paradoxalmente, com uma homogeneização cultural: perda de diversidade cultural e acentuação das microdiferenças que definem a identidade étnica. É provável assim que as unidades sociais que conhecemos hoje sejam o resultado de um processo de atomização cujos mecanismos podem ser percebidos em estudo de caso como o de [Terence]Turner sobre os Kaiapó, e de reagrupamentos de grupos linguisticamente diversos em unidades ao mesmo tempo culturalmente semelhantes e etnicamente diversas, cujos exemplos mais notórios são os do alto Xingu e os do alto rio Negro. É notável que apenas os grupos de língua Jê pareçam ter ficado imunes a esses conglomerados multilinguísticos”<sup>21</sup>

A onipresença da história indígena também molda novas unidades ou culturas em grande parte compostas por trajetórias compartilhadas; na percepção dos diversos grupos, tidos como “isolados”, apresentarem alguma descendência com grupos “refratários”, entre outras situações.<sup>22</sup> Mas é importante nos atermos que tamanha iniciativa investigativa contempla,

---

<sup>17</sup> Idem, p. 356.

<sup>18</sup> Manuela Carneiro da Cunha, “Introdução a uma História Indígena”, in, Manuela Carneiro da Cunha, *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1992, p. 19.

<sup>19</sup> Sobre a definição de cronista, ver Julio Cezar Melatti, “A antropologia no Brasil: um Roteiro” *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 1984, p. 3.

<sup>20</sup> Manuela Carneiro da Cunha. Op. Cit., p. 21

<sup>21</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>22</sup> Idem, p. 11 e 12.

todavia, para além das diferenciações em torno dos métodos e abordagens, a “complexidade, variedade e permanência de uma quantidade de situações etnográficas e históricas específicas”.<sup>23</sup>

A variedade, no caso, gira em torno, igualmente, de ações e procedimentos políticos indígenas que, não raro, alimentam participações diferenciadas, já que “nos interstícios da política indigenista se vislumbra algo do que foi a política indígena”.<sup>24</sup> Desse modo, Carneiro da Cunha confirma uma diversidade, situacional ou de longa duração, sobretudo em torno da atuação indígena, e contribui para um melhor entendimento da questão ao relacioná-las à esfera política.

Em outras palavras – e, a depender das páginas seguintes do “Introdução” – a política é expressão das modalidades de agência, algo mesmo revelador de outras formas de ação, avessas à eliminação física e participativa dos índios.<sup>25</sup> Assim, alargadas as considerações sobre as atuações diferenciais, não mais encaradas como um desvio em relação aos grandes epicentros econômicos (pelo capital), políticos (pelo centro) e - por que não? – intelectuais (pelo contatualismo) é que as agências podem ser buscadas nas crônicas.

É Carneiro da Cunha quem distingue o problema ao argumentar, por boa parte de sua introdução, que os índios são agentes da sua história.<sup>26</sup> Com isso, as colocações da antropóloga sobre a abrangência das formulações indígenas do tempo são responsáveis à formulação de uma questão que, pela sua complexidade, delinea mesmo os pormenores metodológicos e investigativos da discussão e bibliografia aqui comentada, quais sejam: - até que ponto as crônicas traduzem a complexidade (temporal) e variedade (participativa) das agências indígenas? Para ilustrá-la, a autora cita, por exemplo, o *História da Missão dos padres Capuchinos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*<sup>27</sup>, do frei capuchinho Claude D’Abeville e a partir do cronista ressalta, por exemplo, a escolha feita pelos antepassados dos Tupinambá setecentistas à espada de madeira, ao invés da espada de ferro.

E, ao aproximar-se das crônicas e da revisão das modalidades históricas encontradas a partir delas, o *História dos índios no Brasil* também permite o desenvolvimento de uma etnografia das agências ameríndias encontradas nas fontes documentais. Pois qual seria a validade das diferenciações em jogo, se não um melhor entendimento dos procedimentos e políticas

---

<sup>23</sup> Eduardo Viveiros de Castro. Op. Cit., p. 24.

<sup>24</sup> Manuela Carneiro da Cunha. Op. Cit., p. 15.

<sup>25</sup> Idem, p. 18.

<sup>26</sup> Idem, p. 18.

<sup>27</sup> Claude D’Abeville. *História da Missão dos padres Capuchinos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. São Paulo, Itatiaia, 1975, p. 60 e 61. Apud, Manuela Carneiro da Cunha, Op. Cit., p. 19.

indígenas que, postas em relação, contrapõem-se, para além da desapareição, ao estatuto genérico das populações indígenas?

Assim, acreditamos que as críticas de Eduardo Viveiros de Castro ao contatualismo, embora não relacionadas diretamente aos estudos documentais, colaboram e dão sentido à nossa reflexão na medida em que “as monografias produzidas pelos teóricos do contato mostravam que estes continuavam prisioneiros da superficialidade etnográfica e da linguagem tipológica que nos queríamos livrar.”<sup>28</sup> Com relação à análise das fontes, o problema certamente é bastante parecido, pois as apostas no desaparecimento e generalização das populações indígenas produzem uma série de estudos que, não raro, apresentam conclusões apressadas e com fraco suporte documental.<sup>29</sup>

E é possível, embora não haja necessariamente um acordo entre o universo antropológico e historiográfico das décadas de 1970 e 80, relacioná-los: há toda uma trajetória investigativa voltada à possibilidade analítica das agências indígenas a partir de documentação influenciada pela reviravolta antropológica e historiográfica com relação à visão e à revisão documental. Os trabalhos de Robin Wright ilustram uma parte considerável, no caso, das iniciativas em tela, em particular quando o autor volta-se para o entendimento da história indígena do noroeste amazônico ao investigar, no caso, quem eram os ‘Bouaupés’ – etnônimo, este,

---

<sup>28</sup> Eduardo Viveiros de Castro, “Etnologia Brasileira” in Sergio Miceli (org) *O que ler na ciência social brasileira (1970 – 1995)* ANPOCS, Brasília, 1999, p, 140.

<sup>29</sup> A questão em torno das relações entre etnografia e documentação relaciona-se com outros problemas enfrentados, por sua vez, pela Etnologia Ameríndia e a historiografia sobre a História do Brasil na medida em que o acesso, a organização e utilização documental são recentes. A ‘linguagem tipológica que nos queríamos livrar’, apoiada pela crítica ‘amazonizante’ do contatualismo é contemporânea às preocupações historiográficas (e antropológicas, como dissemos) com relação ao abandono, por sua vez, de visões tipológicas da História do Brasil – que muito contribuíram para o confinamento indígena, no melhor dos casos, aos primeiros séculos de colonização. Se há o interesse em desenvolver uma etnografia mais incisiva pelo pensamento etnológico das décadas de 1970 e 1980, a historiografia preocupa-se em realizar um estudo minucioso das fontes históricas. Se o historiador Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, contrapõe-se, em parte, à aplicação de esquemas sociológicos à realidade histórica ao longo da composição de *Raízes do Brasil* (Buarque de Holanda, 1947), sua fase posterior é marcada por produções cuja análise detalhada das fontes – no lugar de ‘tipos ideais’, entre outros modelos – é mais veemente. O livro *Visão do Paraíso – os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*, (Buarque de Holanda, 1959) é, nas palavras de Evaldo Cabral de Mello, uma tentativa, acompanhada de muitas outras de uma “análise rigorosa de tópicos claramente definidos nos seus contornos conceituais”. (Cabral de Mello, 1995, 192). Enfim, nos interessa ressaltar que, embora não haja um acordo entre os interesses etnológicos e historiográficos, é possível relacioná-los na medida em que as iniciativas historiográficas também possibilitam, por meio da análise minuciosa das fontes, a análise crítica das agências indígenas a partir dos cronistas. Mais próximo das preocupações em tela, vale a pena destacar a importância do livro *O Trato dos Videntes*, de Luís Felipe de Alencastro (2001), voltado para a documentação da formação sul - atlântica do Brasil, tal como o comércio de escravos entre Bahia, Pernambuco e Angola, entre outras regiões. A alusão à publicação não é à toa: Alencastro avança, por assim dizer, no entendimento das formas de cativo indígena e do indigenismo colonial, em particular nas capitânias alheias ao comércio de escravos negros. Descreve as formas de expansão do bandeirantismo e das guinadas em busca de escravos índios patrocinada, por exemplo, por Raposo Tavares, que, entre 1648 e 1651, promove idas inéditas às porções não-litorâneas da América portuguesa (Alencastro, 237) e, bem ou mal, ou melhor, no ‘gabinete ou no sertão’ (John Monteiro, 2001, 129), compartilha de um indigenismo sanguíneo, típico – embora não exclusivo – dos primeiros séculos de colonização do Brasil. Alencastro, além de apontar considerações inéditas sobre as relações entre o escravismo indígena e africano, questiona as fronteiras nacionais atuais para o entendimento dessas relações, que, por tomarem dimensões sul - atlânticas, não poderiam ser confundidas com os espaços nacionais recentes. A Etnologia Ameríndia, por sua vez, passa a contestar as ‘profecias’ de Darcy Ribeiro (Viveiros de Castro, 1999, 138). Ribeiro tece considerações a partir, entre outras coisas, da investigação documental e acaba por formular a idéia de *Índio Genérico* e de uma problemática mais abrangente, explicativa de todo um processo histórico que, ao fim e ao cabo, as populações indígenas estariam envolvidas – a questão da *transfiguração étnica* (Darcy Ribeiro, 1996, cap. 3). Que, sabemos não se confirmaram - dada a diversidade (etnográfica) atual dos grupos indígenas no Brasil. Por fim, boa parte da revisão documental presente nas discussões das décadas de 1970 e 80, do ponto de vista da Etnologia Ameríndia, centra-se em uma reavaliação dos graus de integração dos índios à sociedade nacional, pois as diferenciações atuais entre os diversos grupos, tal como as suas relações diversificadas relatadas pelos cronistas coloniais e nacionais, sempre estiveram presentes durante os últimos cinco séculos.

presente nos primeiros relatos sobre as populações do rio Uaupés desde a foz do Tiquié até as cabeceiras do Uaupés.<sup>30</sup> E sugere que “não há razão para duvidar que, nos anos de 1740, o nome representava *uma categoria étnica e não apenas um nome genérico*”.<sup>31</sup> (grifo nosso)

A exemplo da história indígena pós-colombiana da Alta Amazônia, Anne Christine Taylor refuta algumas premissas elencadas pela historiografia e antropologia até então, em claro exercício de síntese e concisão – não é demasiado afirmar – sobre os procedimentos teóricos e metodológicos aqui elencados. Segundo a autora,

“tanto do ponto de vista historiográfico como do ponto de vista etnológico, as sociedades indígenas da Alta Amazônia padecem de uma tríplice marginalidade. Situadas no limite entre dois universos – o andino e o amazônico – radicalmente separados nas tradições acadêmicas que alimentam o americanismo, foram por muito tempo vistas como versões bastardas dos modelos paradigmáticos construídos para cada uma dessas tradições: desprovidas dos aparelhos rituais e sociais que se acreditava serem característicos das “Tropical Forest Cultures”, também lhes faltava o aparato material e político das sociedades andinas e, assim, não se percebia nenhum interesse teórico em consagrar-lhes pesquisas. Às margens dos dois impérios que moldaram os destinos da América – o inca e o espanhol -, sempre foram profundamente afetadas pela história desses dois focos sem, no entanto, deles participarem, a não ser de modo muito indireto. Os historiadores não tinham, portanto, nenhuma razão para dedicar-se a elas. Além disso, por estarem situadas numa zona de fronteiras entre Estados, nações e ordem religiosas, pagaram o preço, na carne e enquanto objeto de estudo, das aberrações induzidas por uma perspectiva agressivamente nacionalista ou apologetica.”<sup>32</sup>

E, claro, dos procedimentos indígenas que, no caso, foram aquietados, ou mesmo deixados de lado pelas opções e recortes teóricos presentes na passagem. Dito de outro modo, Anne Christine salienta as relações entre os Jívaro, entre outros, que optam pelo isolamento absoluto à malha colonizadora, em paralelo ao relacionamento peculiar com o meio definido pela dispersão e complexa mobilidade no espaço - aspectos, estes, típicos da sua organização. Posteriormente, a antropóloga alude às relações entre os índios situados na Amazônia peruana, quando do *boom* da borracha, entre os séculos XIX e XX que, aglomerados em *comunidad*, compunham algo diferente (1) de entidades étnicas e lingüísticas e (2) da invalidação de participações índias no âmbito do contato.<sup>33</sup>

<sup>30</sup> Robin Wright. “História Indígena do Noroeste da Amazônia: hipóteses, questões e perspectivas”. In, Manuela Carneiro da Cunha, Op. Cit., p. 253.

<sup>31</sup> Idem, p. 256.

<sup>32</sup> Anne Christine Taylor. “História Colombiana da Alta Amazônia”. In, Manuela Carneiro da Cunha, Op. Cit., p. 213.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 229. E, num mesmo passo, no *Of Mixed Blood: Kinship and History in Peruvian Amazonia* Peter Gow (1991), por exemplo, tece um estudo denso e minucioso dos Piro, nativos do Baixo Urubamba no Peru que freqüentemente se autodenominam como “de sangue misturado” e relacionam-se com uma instituição local de grande importância para a designação, igualmente local, de *Comunidade Nativa*, a saber, a escola (Peter Gow, 1991, 1). Peter Gow contrapõe-se às diversas monografias existentes sobre a região e população estudada, em primeiro momento, ao perceber na categoria “sangue misturado” uma grande continuidade com o passado mantido pelos Piro. Ora, ao contrário do que poderíamos supor, os povos em questão experimentaram, sim, um contato com o mundo não-indígena e nacional, porém a mistura do sangue não rompeu as relações indígenas com uma temporalidade longínqua, tão pouco com a organização desses grupos como algo diferente das populações contatadas. Ao apresentar o livro, o autor salienta que “this book is an ethnography in a more radical sense too. It attempts to take seriously what the native people of the Bajo Urubamba do and say. Most anthropologists and others, presented with an Amazonian people who seem overtly to reject their continuity with the past, and who use a novel language to discuss their social relations, would dismiss them as ‘acculturated’” (Peter Gow, 1991, 1). Assim, ao comentar sobre os procedimentos etnográficos, acaba por fazer uma crítica teórica à noção de aculturação ou, dito de outro modo, à busca de sociedades puras, procuradas por boa parte dos etnógrafos que consideram as sociedades não ocidentais com a - históricas. Mais ainda, Peter Gow salienta, por todo o livro, o intenso contato dos grupos locais com os brancos e, dada a complexidade em questão, o abandono categórico, num mesmo passo, da idéia de ‘tradicional’.

Ora, as procedências nativas são variadas - pois, por meio da opção à espada de madeira, tal como desejavam os Tupinambá registrados por Claude D’Abeville na capitania do Maranhão, no século XVI; pelo etnônimo ‘Buaupés’, etnicamente distintos ao menos por boa parte do século XVIII dos outros coletivos – indígenas ou não, diga-se; ou ‘las comunidades’ índias que, segmentadas ou voltadas à transformações diversificadas – com relação inter ou intra-societária – tal como todos os dispositivos, interétnicos ou não, ressaltados pelo pensamento (antropológico, historiográfico, indígena), eis o que queremos dizer -: os estudos sobre as agências indígenas a partir das fontes coloniais e nacionais permite imaginarmos que, por vezes, as proveniências dessas populações sobressaem, por assim dizer, à esfera colonial e nacional – muito embora se relacionem com elas. Por outro lado, os procedimentos ameríndios se articulam, *grosso modo*, com a esfera do contato, colonial, nacional e mesmo indígena com vistas ao relacionamento possível e viável de seus aspectos intra e inter-grupais.

E lembremos os comentários, dessa vez, de Viveiros de Castro e Carneiro da Cunha, para os quais a definição mesma de etno-história não se trata tão somente de concepções, mas de “auto-concepções de história forjadas pelas diferentes sociedades indígenas”<sup>34</sup> Não à toa, ambos os antropólogos, que em dezembro de 1987 organizam o simpósio “Pesquisas recentes em etnologia e história indígena da Amazônia”, comentam a reviravolta em questão, evidência, pois bem, dos trabalhos etnográficos ali apresentados.

“se se percebe a ressurgência em vários artigos de problemas clássicos da antropologia americanista – dantes tratados sob termos como mudança social, aculturação, contato interétnico -, a perspectiva tornou-se outra. É sintomático, nesse sentido, o abandono dos termos acima, descritivos e que apontam para uma ausência de estrutura nos processos de interação de sociedades, termos amorfos para processos amorfos e regidos apenas por uma situação de poder. O que sublinha agora são (1) a lógica interna e o *papel essencialmente ativo e criador das sociedades indígenas* (2) *na sua confrontação com as estruturas sócio-políticas de origem européia (poderes coloniais, sociedades nacionais).*” (grifo e numeração nossa)<sup>35</sup>

A discussão, a essa altura, parece redundante ao nosso argumento – não fosse uma incógnita bastante presente em torno da metodologia de pesquisa sobre o problema das agências indígenas buscadas a partir das crônicas, qual seja, a sua definição. John Monteiro, responsável em grande parte pelas iniciativas historiográficas e antropológicas em jogo, por exemplo, ilustra no livro *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo* as complexas relações entre senhores e nativos na capitania paulista. Inicialmente tese de

---

<sup>34</sup> Eduardo Viveiros de Castro e Manuela Carneiro da Cunha. (Orgs.). *Amazônia: etnologia e história indígena*. São Paulo: USP-NHII; Fapesp, 1993, p. 12.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 12.

doutorado defendida em 1985, a publicação aponta, a partir de uma vasta pesquisa documental feita em arquivos nacionais e internacionais, para “a evolução de uma relação complexa entre senhores e índios, relação marcada tanto pelos *laços estreitos que uniam estes àqueles, quanto pelas atividades propriamente autônomas dos índios*”.<sup>36</sup> (grifo nosso)

Desse modo, *Negros da Terra* também ressalta o mercado proporcionado pelas vilas coloniais paulistas para as populações locais, inclusive a competição de produtores, artesãos e quitandeiros indígenas que, alheia por vezes ao mando senhorial, chegara a ameaçar a atividade de mascates portugueses na vila de São Paulo. Testamentos e inventários de época fornecem exemplos de comercialização nativa de couro e farinha, responsável pela criação de mercados paralelos, em prejuízo ao trato português local.<sup>37</sup> Ou seja, a leitura de uma série de acontecimentos igualmente presentes nos meandros do escravismo indígena nos chamou atenção como, por exemplo, o sentido ambíguo das fugas ameríndias das fazendas paulistas, que, menos adversas ao escravismo como um todo, em muitos casos elas seriam motivadas, sobretudo, pelo retorno nativo aos grupos de parentes locais - ainda que estes últimos estivessem reunidos em grandes propriedades.<sup>38</sup>

Os eventos relacionam-se, ainda mais, com outras colocações do autor onde ele põe em causa um binômio clássico (e cômodo) - a oposição entre o índio resistente e o colaborador - bastante utilizado na formulação de imagens e pressupostos do passado brasileiro e indígena.<sup>39</sup> John Monteiro, nesse veio, faz mesmo a crítica de alguns termos presentes nas crônicas do século XVII como ‘massa informe de selvagens’ que, segundo Sebastião da Rocha Pitta, opunham-se de forma homogênea a todo e qualquer avanço da colonização. À massa informe, pode-se acrescentar a imagem inversa, igualmente problemática, do ‘hospitaleiro Tupi’, que, ao ceder suas mulheres aos colonos, ocasionava o aumento demográfico nos primeiros séculos de povoamento do Brasil.<sup>40</sup>

Em suma – e para além da bibliografia já comentada ao longo do trabalho – a organização e análise documental encetadas por John Monteiro foram responsáveis, ao longo da elaboração deste ensaio, pelo percurso, ou mesmo pela tentativa de definição do termo agência. Com isso, as possibilidades investigativas inauguradas pela reviravolta em jogo e, em particular, pelo *Negros da Terra*<sup>41</sup>, articulam-se com outras reflexões que, dessa vez, lançam questões

---

<sup>36</sup> John Manuel Monteiro. *Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo, Cia das Letras, 1994, p. 154.

<sup>37</sup> Idem, p. 173.

<sup>38</sup> Idem, p. 181.

<sup>39</sup> John Manuel Monteiro. “Armas e armadilhas. História e resistência dos índios”. In Adauto Novaes (org.), *Op. Cit.*, p. 239.

<sup>40</sup> Idem, p. 239.

<sup>41</sup> Na verdade, a importância dos trabalhos de John Manuel Monteiro para o ensaio sobressai às colocações feitas ao longo do texto, pois a iniciativa o autor tem, se assim pudermos dizer, grande iniciativa com relação à organização e compilação das fontes documentais relativas à história indígena e, por isso, contribui para o debate em torno das relações entre etnográfica e fontes

mais imediatas com relação à elaboração do termo. Assim, vale atentarmos aos comentários da antropóloga Beatriz Perrone-Moisés, que, no artigo “Verdadeiros Contrários – Guerras contra o Gêntio no Brasil Colonial” sugere, sem rodeios, que

“ao responder a realidades diversas, a legislação aplicava distintos a cada uma das situações: aldeamento, aliança e guerra. *Nessas diferenças, talvez devêssemos dar mais atenção ao modo como os próprios indígenas, situando-se de modos diversos diante da colonização portuguesa do Brasil, terão obrigado o projeto civilizatório a assumir certas feições. Pois na verdade, as análises – simpáticas à causa indígena, diga-se de passagem – que defendem os três grandes momentos de declaração de liberdade irrestrita (1609, 1680 e 1755) como únicos em justiça e retidão, partem de um não-reconhecimento da agência indígena, ou das diversas formas dessa agência*”... “a revisão desse tipo de análise está em curso, e é preciso que continue, sempre com o cuidado de evitar também o outro extremo, e supor que os povos indígenas fossem os agentes exclusivos da história colonial, ou seja, mantendo o bom senso, trata-se de ter sempre em mente que nessa história, como em toda história, é a ação conjugada de vários agentes que dá aos eventos a sua feição”.<sup>42</sup>

E, finalmente, ainda convém ressaltar algumas recomendações de John Monteiro, no caso, mais alusivas ao esboço de uma definição. Ele organiza, há alguns anos atrás, um *Dossiê* dedicado a expor um balanço dos estudos sobre a História dos Índios produzida atualmente com vistas à seleção de “textos que se defrontassem especificamente com a questão da agência histórica dos índios em uma perspectiva que, embora interdisciplinar, sublinhasse a historicidade da construção histórica dos índios”.<sup>43</sup>

As descrições de procedimentos indígenas durante os primeiros séculos de colonização paulista, a solicitação para o reconhecimento da agência indígena na história do Brasil e a valoração da agência enquanto construção histórica dos índios contribuí para o surgimento de noções como que mais alargadas da ação ameríndia. Que, ao fim e ao cabo, refutam um essencialismo enganoso em relação à conceituação de índio, já que, para a reviravolta legislativa e investigativa em tela, “os índios não são nada disso, apenas estão”<sup>44</sup>

Pois insistimos: precisava-se legislar.<sup>45</sup> E embora não pudéssemos averiguar uma definição encerrada, ou mesmo autoral de agência no âmbito da revisão (crônica) das crônicas, as iniciativas acadêmicas e jurídicas descritas ao longo destas páginas apontam, não raro, um quadro onde o termo pode ser pensado a partir da *transformação* – dada as freqüentes associações, em torno da análise, entre *participação*, *criação* e *temporalidade* (e ainda que

---

históricas. Em 1993, o autor coordena o *Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo* que “surge num momento em que se repensa, de forma crítica, tanto o passado quanto o futuro da questão indígena neste País. Num mesmo passo, os trabalhos de Maria Celestino de Almeida, particularmente o *Metamorfozes Indígenas - identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro* (2003) também são importantes para a reviravolta em jogo.

<sup>42</sup> Beatriz-Perrone Moisés. “Verdadeiros contrários: Guerras contra o gentio no Brasil colonial”, in *Revista Sexta Feira* n.7 – *Guerra*. São Paulo, Ed. 34, 2003, B 210.

<sup>43</sup> John Manuel Monteiro (org.). *Revista de História* n. 154 – *Dossiê História dos Índios*, São Paulo, Humanitas, 2006, p. 7.

<sup>44</sup> Manuela Carneiro da Cunha. *O futuro da questão indígena*. *Revista Estudos Avançados*, n. 8, 1994, p. 123.

<sup>45</sup> Manuela Carneiro da Cunha, em *Legislação Indigenista do Século XIX: uma Compilação (1808-1889)* argumenta que esta compilação documental é também acompanhada de outras iniciativas a fim de obter um melhor conhecimento do indigenismo colonial, imperial e republicano no Brasil. Nascida da preocupação de juristas, a publicação foi gerada com o apoio e diálogo institucional, entre outros, da Comissão Pró-Índio de São Paulo.

estas últimas estejam assentidas por ‘lógicas internas’ igualmente diferenciais). Em outras palavras, se, ao limite, as relações conceituais entre antropologia e história sejam delimitadas a partir da oposição entre sincronia e diacronia<sup>46</sup>; se, ao fim e ao cabo, a orientação de grande parte da antropologia contemporânea é voltada, *grosso modo*, ao abandono de concepções estruturais a favor da intencionalidade<sup>47</sup>, o caminho crítico às fontes aqui ressaltado confere sentido, no caso, a uma formulação diacrônica de agência – e por isso, as análises aqui destacadas a partir dos cronistas privilegiam – em parte - os aspectos, se assim pudermos dizer, *efêmeros*<sup>48</sup> do leque de participações (dos sujeitos históricos) indígenas.

## Bibliografia

CALAVIA, Oscar. “A terceira margem da história: estrutura e relato das sociedades indígenas”. In, *RBCS* Vol. 20 nº. 57, 2005.

CASTRO, Eduardo Viveiros de, “Etnologia Brasileira” in Sergio Miceli (org) *O que ler na ciência social brasileira (1970 – 1995)* ANPOCS, Brasília, 1999.

CASTRO, Eduardo Viveiros de, e CUNHA, Manuela Carneiro da. (Orgs.). *Amazônia: etnologia e história indígena*. São Paulo: USP-NHII; Fapesp, 1993.

CUNHA, Manuela Carneiro da, *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. *O futuro da questão indígena*. *Revista Estudos Avançados*, n. 8, 1994.

GOW, Peter. *Of Mixed Blood: Kinship and History in Peruvian Amazonia*. New York, Oxford University Press, 1991.

MELATTI, Julio Cezar, “A antropologia no Brasil: um Roteiro” *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 1984.

MOISÉS, Beatriz-Perrone. “Verdadeiros contrários: Guerras contra o gentio no Brasil colonial”, in *Revista Sexta Feira n.7 – Guerra*. São Paulo, Ed. 34, 2003

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas Origens de*

---

<sup>46</sup> Lilia Schwarcz. *Op. Cit.*, p, 119.

<sup>47</sup> Eduardo Viveiros de Castro. “O conceito de sociedade em antropologia”. In, *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo, Cosac & Naify, 2002, p. 314.

<sup>48</sup> Marta Amoroso. “Etnografia e História na Amazônia”. In, *Cadernos de Campo – Revista dos alunos da pós graduação da USP*, São Paulo, 2006, p. 195.

São Paulo. São Paulo, Cia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. “Armas e armadilhas. História e resistência dos índios”. In Adauto Novaes (org.) *A outra margem do ocidente*. São Paulo, Cia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. (org.). *Revista de História n. 154 – Dossiê História dos Índios*, São Paulo, Humanitas, 2006

RICARDO, Carlos Alberto. “A demarcação das terras indígenas e o futuro dos índios no Brasil”. In Adauto Novaes (org.) *A outra margem do ocidente*. São Paulo, Cia das Letras, 1999.

SCHWARCZ, Lilia. “Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história”. In, *Novos Estudos*, Cebrap, n. 72, 2005.

TAYLOR, Anne Christine. “História Colombiana da Alta Amazônia”. In, Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1992.

WRIGHT, Robin. “História Indígena do Noroeste da Amazônia: hipóteses, questões e perspectivas”. In, Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1992.

YANOMAMI, Davi Kopenawa. “Descobrimos os brancos”. In Adauto Novaes (org.) *A outra margem do ocidente*. São Paulo, Cia das Letras, 1999.